



CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO PÚBLICA DA CÂMARA

N.º 09/26, DE 23 DE ABRIL DE 2026

PARTICIPANTES:

Sr. Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz

Sr. Vice-Presidente, Dr. António Manuel Fonseca Oliveira

Sra. Vereadora, Dra. Susana Margarida Macedo Mendes

Sr. Vereador, Eng.º David Miguel Sousa Fernandes Correia Pinto

Sr. Vereador, Dr. Carlos Manuel Maceira de Campos

Sr. Vereador, Dr. Luís Filipe de Jesus

Sra. Vereadora, Dra. Alexandra Paula Pereira Cardoso de Moura

Pelas quinze horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz, deu início à reunião, cumprimentando todos os presentes e os munícipes que acompanhavam a transmissão online.

Não havendo audição do público, passou-se de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção com a informação relativa a um conjunto de atividades e iniciativas relevantes ocorridas desde a última reunião.

Começou por se referir à cerimónia de entrega da Bandeira de Mérito Social ao Município de Tábua, que decorreu no dia 9 de abril e na qual os membros do Executivo não puderam estar presentes por à mesma hora se ter realizado a reunião de Câmara. Parabenizou todos os que criaram as condições para que esta distinção fosse atribuída, salientando que, mais importante do que os galardões, são as ações concretas que levam a esse reconhecimento e das quais os munícipes são os principais beneficiários, remetendo mais desenvolvimentos sobre a matéria para o Senhor Vice-Presidente.



CÂMARA MUNICIPAL

No âmbito do apoio à agricultura, deu conhecimento da divulgação, por parte do IFAP, de apoios para a instalação de novos produtores no âmbito do programa de incentivo ao pastoreio. Reafirmou a disponibilidade dos serviços municipais para auxiliar os interessados na submissão de candidaturas, aludindo ao protocolo de colaboração com a ANCOSE, dirigido ao apoio aos agricultores e produtores pecuários.

No que concerne a obras públicas, informou sobre o decorrer de diversas empreitadas de pavimentação, designadamente os trabalhos na Rua do Cabo e na Rua da Calçada, em Touriz, e na zona da Ribeira, ressaltando que, neste último local, aguarda-se a decisão do financiamento, por parte da CCDRC, para avançar com a recuperação parcial ou integral da travessia afetada pelas intempéries, troço que será posteriormente alcatroado. Mencionou que, após a conclusão das pavimentações em Sinde, onde serão intervencionadas duas ruas que foram intervencionadas no âmbito da substituição de condutas de água, os trabalhos prosseguirão para a localidade de Fundo de Vila, para a Rua Vasco Figueiredo, junto ao Centro de Saúde, e, posteriormente, para o interface de autocarros na Moita da Serra, Carapinha. Informou que, na localidade do Coito, decorrem trabalhos na Rua das Almas, Rua da Capela e Rua Mártir de São Sebastião, incluindo a pavimentação do parque de estacionamento. Salientou que, nesta localidade, o Município realizou, por administração direta e em parceria com as Águas do Planalto e com a Junta de Freguesia de Midões, a execução da rede de águas pluviais e a substituição integral da conduta de abastecimento de água.

De seguida, fez um balanço muito positivo das comemorações do Feriado Municipal, celebrado a 10 de abril. Destacou, como um dos pontos altos, a aquisição de dois novos autocarros elétricos, os primeiros veículos desta tipologia adquiridos pelo Município em 25 anos. Explicou que estes autocarros se destinam aos serviços especiais e dedicados, como o transporte de alunos para atividades de enriquecimento curricular, para a Academia Sénior e outras deslocações ocasionais, complementando os sistemas de transporte público existentes. Informou que a aquisição destes veículos, incluindo os postos de carregamento, representou um investimento de setecentos e cinquenta mil euros, com um financiamento de cerca de meio milhão de euros do Fundo Ambiental, tendo o remanescente sido suportado por empréstimo. Anunciou ainda que está a ser analisada a aquisição de um autocarro recondicionado a combustão e que se encontra em fase final de aquisição uma carrinha



CÂMARA MUNICIPAL

elétrica de nove lugares para reforçar os serviços da Educação, Formação e Empreendedorismo Jovem. No mesmo dia, foi homenageada a Associação Pedrinhas, pelo seu papel na concretização do projeto "Castelo da Carolina", e inaugurada a requalificação da antiga Escola do Covelo, para duas habitações T2, com o apoio do IHRU. Considerou que a cerimónia de reconhecimento a personalidades, instituições, trabalhadores, empresas e alunos, culminando com o espetáculo musical que uniu a Academia Artística do Município de Tábua ao projeto "60 anos, 60 canções", de homenagem a Amadeu Diniz da Fonseca, decorreram com dignidade e elevação.

Aproveitou o momento para deixar um convite aos presentes e a toda a população para a cerimónia de comemoração do 25 de Abril, cujo programa, já fora divulgado e que inclui o hastear da bandeira, a inauguração do Balcão Único, momentos musicais, uma sessão evocativa, uma prova desportiva e a exibição de um filme no Centro Cultural.

Numa nota menos positiva, informou ter sido surpreendido com a notícia de que o Banco Santander pretende encerrar o seu balcão em Tábua. Relatou ter contactado os responsáveis da instituição, solicitando a apresentadivulgação dos critérios que estavam na base de tal decisão, uma vez que, segundo os dados que possui, o balcão apresenta um volume de negócios significativo e a Entidade Bancária registou lucros operacionais de 1,3 mil milhões de euros em 2025, o que afasta razões financeiras. Face à ausência de justificação, e recordando o historial deste Balcão, que vem desde o tempo do Banco Totta & Açores, anunciou a sua decisão pessoal de transferir as suas contas para outra Entidade Bancária que preste serviço no Concelho, e informou que irá propor ao Executivo que o Município de Tábua inicie os procedimentos para fazer o mesmo.

Deu conhecimento da receção de um adiantamento de cerca de meio milhão de euros da DGAL, para fazer face aos prejuízos das intempéries. Considerou a transferência positiva e atempada, mas alertou para o facto deste adiantamento ter sido concedido antes da validação das candidaturas com os prejuízos, o que gera incerteza sobre a sua utilização imediata, pelo que se deverá aguardar informações concretas sobre as despesas elegíveis para que estas verbas sejam aplicadas corretamente.

Relativamente ao projeto do IC6, informou ter recebido, no dia anterior, um email das Infraestruturas de Portugal a solicitar o agendamento de uma reunião para o dia 19 de maio, com o objetivo de ser apresentado o projeto base. Estendeu o convite a todos os membros



CÂMARA MUNICIPAL

do Executivo, incluindo os Vereadores em regime de não permanência, dada a importância do tema.

A concluir, prestou a informação de que continuam a decorrer diversas intervenções no Concelho, nomeadamente a pintura da sinalização horizontal e da ciclovia em vários arruamentos, num total de mais de 1000 m², que incluirá a colocação de três passadeiras elevadas para redução de velocidade, e o alargamento da rede de esgotos na localidade de Paul em Sinde, em parceria com a AINTAR e as Águas do Planalto, preparando o local para futura pavimentação.

INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES

INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE, DR. ANTÓNIO OLIVEIRA

Após cumprimentar os presentes e quem assiste à reunião através das redes sociais, o Senhor Vice-Presidente iniciou a sua intervenção complementando a informação relativa ao galardão de “Mérito Social”, atribuído ao Município de Tábua pela Associação Nacional de Gerontologia Social (ANGES), o qual distinguiu o Município pela segunda vez, em dois anos de existência do galardão, o que constitui um reconhecimento do esforço contínuo na promoção de medidas para o envelhecimento ativo. Estendeu os parabéns a todos os técnicos municipais das áreas do desporto e social, cujo trabalho em iniciativas como a Academia Sénior e o Movimento Sénior, em colaboração com as IPSS e a comunidade, torna possível a implementação destas boas práticas.

No que concerne ao Feriado Municipal, manifestou a sua satisfação pela forma rica e com conteúdo com que o Município celebrou a data, parabenizando o Senhor Presidente e toda a equipa da Câmara Municipal pelo trabalho árduo que esteve na base da sua organização. Deu conhecimento da realização, no dia 13 de abril, de um workshop sobre as melhores práticas para a criação e manutenção de hortas, promovido pela CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas. Salientou que Tábua foi o Município escolhido na Região Centro para acolher uma das poucas ações que esta entidade realizou a nível nacional, o que permitiu aos agricultores locais enriquecerem os seus conhecimentos.

No âmbito do desporto, informou que, no dia 17 de abril, o Município acolheu, pela segunda vez, o Torneio Nacional de Walking Football, que decorreu no Estádio Municipal e no Pavilhão Multiusos e contou com cerca de 140 participantes de outras academias seniores do país.



CÂMARA MUNICIPAL

Felicitou a RUTIS (Rede de Universidades da Terceira Idade) pela escolha e manifestou a total disponibilidade do Município para continuar esta colaboração que promove o envelhecimento ativo.

Salientou a rica agenda cultural do dia 18 de abril, que se iniciou na Biblioteca Municipal João Brandão com a apresentação do livro de Mário Soares, "O Tempo e a Memória", uma iniciativa que considerou particularmente relevante no mês em que se celebra o 25 de Abril. Aproveitou para divulgar o jantar literário agendado para o dia seguinte. Informou que, na mesma tarde, decorreu um concerto da banda "Pink Umbrella" nas Oficinas de Artes do Palco, que esgotou a sua lotação, e que, à noite, o Centro Cultural esteve igualmente repleto para o espetáculo de stand-up comedy de Gilmário Vemba. Parabenizou todos os funcionários da biblioteca e do centro cultural pela promoção destas três iniciativas de sucesso.

Informou ter estado presente, no dia 19, no 43.º aniversário da Associação AMAR – Associação Vencedora da Esperança, felicitando a organização pelo evento. No mesmo dia, assistiu à iniciativa "A Arte Vai às Aldeias", promovida pelo CLDS 5G, que decorreu na Associação do Covelo com casa cheia para as atuações da Tuna Mouronhense e do Estúdio 83, considerando-a uma medida de grande sucesso no território e felicitando o CLDS 5G e a EPTOLIVA pela sua dinamização.

No âmbito da Proteção Civil, deu nota da participação do Município de Tábua, no dia anterior, num exercício de grande dimensão em Coimbra, no qual os meios municipais estiveram ao mais alto nível, tendo sido testados com sucesso os sistemas de comunicações SIRESP e Starlink (via satélite), o que garante a resiliência e a redundância das comunicações em caso de falha dos sistemas convencionais. Assegurou que, no que diz respeito aos dois Corpos de Bombeiros e ao Serviço Municipal de Proteção Civil, tudo funcionou conforme o previsto. Em complemento, informou que estão a decorrer os trabalhos finais de criação do Parque de Biomassa na Catraia de Mouronho, que, em breve, permitirá aos munícipes depositarem os resíduos da limpeza de terrenos de forma segura. Deu ainda nota do trabalho contínuo de beneficiação da rede viária florestal, muito fustigada pelas intempéries, através da utilização da niveladora municipal. A este propósito, apelou a todos os proprietários de terrenos no concelho para que procedam à sua limpeza e à remoção de árvores caídas, de modo a facilitar o acesso dos meios de socorro e a prevenir incêndios rurais.



CÂMARA MUNICIPAL

A terminar, o Senhor Vice-Presidente lembrou que o mês de abril é dedicado à Prevenção dos Maus-Tratos na Infância, uma iniciativa da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). Partilhou as várias ações em curso e a montagem do "Estendal dos Direitos" no coreto do Jardim Sarah Beirão, um ato simbólico para sensibilizar a comunidade. Parabenizou a Presidente da CPCJ, Dra. Francisca Andrade, o Secretário, Dr. Pedro Cardoso, e todos os técnicos pelas ações dinamizadas junto da comunidade escolar.

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DRA. SUANA MENDES

A Senhora Vereadora Susana Mendes iniciou a sua intervenção apresentando cumprimentos a todos os presentes. Deu nota de que esteve em representação da Câmara Municipal em diversos convívios de associações e em atividades promovidas por Juntas de Freguesia, destacando o Encontro das Cruzes das paróquias de Póvoa de Midões e Currelos (Carregal do Sal), sobre a ponte do rio Mondego, e parabenizou todas as direções e autarcas por manterem vivas as tradições.

Corroborando as palavras do Senhor Presidente e do Senhor Vice-Presidente sobre as comemorações do Feriado Municipal, destacou quatro momentos que considerou particularmente relevantes. Primeiro, a apresentação dos dois novos autocarros elétricos, que considerou uma transformação na melhoria do transporte escolar dos alunos do pré-escolar e primeiro ciclo. Salientou que os veículos, adaptados para crianças com mobilidade reduzida, irão dar um incremento às rotas, apoiando não só os circuitos regulares, mas também todas as atividades no âmbito das AEC's e outras solicitações das escolas. Segundo, a inauguração da requalificação da antiga Escola do Covelo, criando dois T2 para habitação acessível, que reforça a estratégia municipal de fixação de pessoas e apoio às famílias, destacando que a concretização desta e de outras obras é fruto do trabalho em equipa e da articulação entre as diversas divisões do Município. Terceiro, a apresentação da composição "Vultos de Tábua" de Afonso Pocinho, um jovem com percurso formativo na Academia Artística do Município, o que evidencia o papel fundamental deste projeto na formação musical dos jovens, expressando o desejo de que esta seja a primeira de muitas obras do autor. Por último, o concerto comemorativo dos 60 anos de carreira de Amadeu Diniz da Fonseca, que considerou um justo reconhecimento à sua obra, num espetáculo



CÂMARA MUNICIPAL

fantástico que a fez, e certamente a muitos outros, viajar no tempo. A terminar este ponto, desejou que a Carolina seja muito feliz na sua nova casa.

Informou que, no dia 13 de abril, decorreu a terceira reunião com as Juntas de Freguesia, onde foram abordados, entre outros assuntos, os procedimentos de contratação pública, a atribuição de apoios e subsídios, e apresentados os resultados do serviço médico-veterinário municipal.

No âmbito dos transportes, informou a sua presença numa reunião técnica na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, cujo objetivo foi definir os procedimentos a adotar para a colocação de informação acessível ao público, nomeadamente os horários, visto que a operação da rede de serviço público de transporte rodoviário se encontra estabilizada.

Informou que, a convite do Ministro da Educação, Ciência e Inovação, participou numa reunião em Coimbra no âmbito da iniciativa "Construir Educação, Aproximar Territórios", a qual tinha como propósito reforçar a articulação entre o Ministério, as Escolas e as Autarquias, tendo referido que em relação à reformulação do segundo aviso do Banco Europeu de Investimento para a requalificação de Escolas, não foram dadas explicações adicionais, considerando a matéria "muito cinzenta". Manifestou o seu profundo desagrado por algumas declarações do Senhor Ministro relativamente à transferência de competências na área da educação, que sugeriram que eventuais problemas de articulação entre Agrupamentos e as Câmaras se deviam a falhas na orgânica municipal e que alguns municípios estariam a ser "pouco diligentes" na manutenção dos estabelecimentos escolares. A Senhora Vereadora contrapôs, que "não nos podemos esquecer do estado de conservação e manutenção em que o Ministério da Educação entregou as escolas aos municípios", considerando haver um grave "lapso de memória". Embora admitindo tratar-se de uma generalização, considerou justo reconhecer que são hoje os Municípios que assumem de forma direta e responsável o compromisso de garantir que nada falta às Escolas, recorrendo frequentemente a verbas do orçamento municipal, uma vez que o envelope financeiro transferido é insuficiente. Afirmou que este esforço não decorre de "motivações eleitorais", como foi insinuado, mas de um compromisso genuíno com a educação como um direito universal, inclusivo e igualitário, pelo qual os Municípios têm sacrificado outras áreas de investimento.



CÂMARA MUNICIPAL

A terminar, informou que, no final da reunião, manifestou pessoalmente este mesmo desagrado ao Senhor Ministro e que o formalizará por escrito. Deu ainda conhecimento de que os Municípios da Região Metropolitana de Coimbra irão reunir no final do mês para analisar o ponto de situação da transferência de competências, com base num estudo recente da Universidade do Minho, e que, com as conclusões obtidas, solicitarão uma audiência ao Ministro, que se mostrou recetivo a recebê-los.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ENG.º DAVID PINTO

O Senhor Vereador David Pinto iniciou a sua intervenção apresentando cumprimentos a todos os presentes. Associou-se às felicitações pela comemoração do Feriado Municipal, que considerou um grande dia de celebração do talento, altruísmo e capacidade de trabalho dos Tabuenses. Destacou a apresentação de dois excelentes projetos municipais, os novos autocarros elétricos na área da mobilidade e, na área da habitação, os apartamentos para o arrendamento acessível no Covelo. Felicitou igualmente o talento tabuense que se evidenciou ao longo do dia, mencionando os jovens Diogo Mendes, Afonso Pocinho, Anselmo Batista e Francisco Zagalo, bem como todos os músicos da Academia Artística e o homenageado Amadeu Dinis da Fonseca, pelo seu percurso de 60 anos na música.

No âmbito do Desporto, deu nota da participação do Centro Municipal de Gira-Volei de Tábua na segunda etapa do Circuito Regional, em Tondela, no dia 12 de abril, com sete atletas que demonstraram grande empenho. Informou que a equipa de competição da Escola Municipal de Atividades Aquáticas participou, no dia 18 de abril, na sexta concentração do Circuito Municipal de Escolas de Natação, em Cantanhede, com 14 atletas que obtiveram excelentes resultados, alcançando 99 pontos e mantendo o segundo lugar na competição. Referiu ainda a participação de sete dos atletas mais jovens na iniciativa "Primeiro Mergulho", em Montemor-o-Velho, também com ótimos resultados. Mencionou o estágio de Páscoa do projeto Gym Kids, que decorreu no pavilhão da Escola Secundária, com a participação de 21 jovens ginastas. Informou sobre a realização da segunda jornada do primeiro Campeonato de Boccia das IPSS de Tábua, no dia 16 de abril, em Covas, que contou com 31 atletas seniores de nove equipas, reforçando o lema "Tábua Desportiva, Desporto para Todos". Deu ainda conhecimento de que a Pista de Atletismo Mário Pinto Claro acolheu o campeonato distrital de 1000 metros, organizado pela ADAC, com cerca de 50



CÂMARA MUNICIPAL

atletas, destacando a atleta Ana Gonçalves, da Comissão de Melhoramentos de Covas, que se sagrou campeã distrital.

Aproveitou a reunião para divulgar a "Corrida por Terras de João Brandão", a realizar no sábado seguinte, dia 25 de abril, pelas ruas da vila, um evento que integra os campeonatos distritais de milha e légua e uma caminhada.

No âmbito do Turismo, deu nota da realização de mais uma caminhada do ciclo "No Encanto das Beiras", no dia 12 de abril, no PR3 – Rota das Pontes, que contou com 80 participantes. Anunciou que a próxima caminhada está agendada para 10 de maio, no novo percurso PR5 – Rota do Penedo Cabana, na Póvoa de Midões. Informou que o Município apresentou uma candidatura do PR4 – Trilho dos Gaios às Novas Sete Maravilhas de Portugal, na categoria Turismo, destacando os seus pontos de interesse, os passadiços coloridos e o leito do Rio de Cavalos.

Relativamente ao Espaço Cultiva, informou que o ciclo de conferências prosseguiu com a realização do "Fórum de Recursos Humanos: Tábua, Pessoas, Dados e Futuro 2026", que reuniu especialistas e empresas para refletir sobre o papel estratégico da gestão de pessoas. No dia 13 de abril, o Cultiva acolheu o workshop da CONFAGRI sobre ferramentas digitais para hortas, no qual, juntamente com o Senhor Vice-Presidente, apresentou três projetos municipais de apoio ao mundo rural: o Centro de Interpretação do Mundo Rural, a Incubadora do Queijo e o projeto "Couves e Abóboras de Natal".

Deu ainda nota da sua presença na apresentação do livro "Mário Soares: O Tempo e a Memória", na Biblioteca Municipal, que contou com a participação do Eng.º António Campos, amigo pessoal de Mário Soares.

No que concerne ao Movimento Associativo, parabenizou todos os dirigentes e autarcas pela sua contribuição para a excelência do associativismo no concelho. Relatou a sua presença em representação do executivo em diversos eventos: na palestra "Inteligência Artificial: Desafios e Oportunidades para os Jovens", organizada pela Associação de Pais; no almoço-convívio da caminhada primaveril em Covas; na cerimónia do Dia Nacional do Combatente; no tradicional Encontro das Cruzes entre Póvoa de Midões e Currelos; na romaria dos rebanhos na festa de São Geraldo; num jogo de homenagem a três fundadores do Grupo Desportivo Tabuense; num jogo das seleções distritais sub-14; e no Open Day de futebol feminino, organizado pelo Grupo Desportivo Tourizense.



CÂMARA MUNICIPAL

Em complemento, o Senhor Presidente da **Câmara** aproveitou a intervenção do Senhor Vereador para apelar ao bom senso dos Tabuenses relativamente aos constrangimentos de trânsito que a corrida do 25 de abril irá causar. A terminar, parabenizou o Futebol Clube de Oliveira do Hospital, que tem disputado os seus jogos de futebol no Estádio Municipal de Tábua, pela possibilidade disputar a fase de subida à Liga 3.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR DR. CARLOS CAMPOS

O Senhor Vereador Carlos Campos começou por cumprimentar todos os presentes e os que acompanhavam a reunião digitalmente. Deu nota da sua presença na cerimónia do Feriado Municipal, que considerou uma "verdadeira mostra de eventos de excelência", destacando o reconhecimento a entidades, personalidades e empresas. Salientou, em particular, a aposta do Município na eficiência energética e na mobilidade sustentável, materializada na aquisição dos novos autocarros elétricos, com o apoio do Fundo Ambiental, o que demonstra o foco na inovação e no futuro.

Em complemento à intervenção do Senhor Vice-Presidente, referiu a participação da CPCJ, no dia 20 de abril, num programa de rádio da Eptoliva, no qual a Dra. Francisca Andrade e o Dr. Pedro Cardoso divulgaram a missão e as atividades desta entidade, no âmbito do mês de abril dedicado à prevenção dos maus-tratos na infância. Sublinhou que os "laços azuis" espalhados pelo concelho não devem ser vistos como meros elementos decorativos, mas sim como um alerta para uma consciencialização coletiva e um olhar mais atento e protetor sobre as crianças e jovens, para que cresçam com uma formação integral e plenos de direitos.

No âmbito da eficiência energética, informou, com "regozijo e sentido de dever cumprido", que no dia 9 de abril teve início a primeira turma do Pólo de Tábua do Centro de Formação para a Transição Energética. Detalhou que se trata de um Curso de Especialização Tecnológica (CET) de nível 5, em Gestão da Qualidade e Sustentabilidade, com uma duração de 1500 horas, a decorrer em horário laboral, e que conta atualmente com 17 formandos com o 12.º ano de escolaridade, que beneficiam de bolsa de formação. Reforçou que este Pólo do CTE em Tábua, se constitui como um agente dinamizador para a melhoria de competências dos ativos da região, abrangendo também os concelhos limítrofes, e que está focado na transição energética, no combate às alterações climáticas e na promoção de uma



CÂMARA MUNICIPAL

economia descarbonizada. Considerou que esta e outras ações futuras irão contribuir para uma maior consciência sobre a eficiência energética e para a integração de jovens no mercado de trabalho em áreas emergentes e cruciais para o futuro.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR DR. LUÍS FILIPE DE JESUS

O Senhor Vereador Luís Jesus iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Começou por dar os parabéns à autarquia pelo vasto programa oferecido aos Tabuenses no Feriado Municipal, considerando que Tábua esteve, mais uma vez, à altura do lema "Encanto das Beiras". Considerou a aquisição dos autocarros elétricos uma "aposta ganha" na eficiência e na qualidade dos transportes, mesmo antes de entrarem em circulação. Parabenizou igualmente pela conclusão da requalificação da antiga Escola do Covelo em duas habitações de arrendamento acessível e pela concretização da "Casa da Carolina", desejando que ela possa aí viver os seus sonhos.

Enalteceu a área da Cultura, afirmando que, embora seja um vereador da oposição, se considera "mais um deste executivo" pelo seu espírito de entreatajuda, e que, por isso, tem o dever de enaltecer o que é bem feito. Estendeu os parabéns a todas as coletividades, considerando que são elas que "movem o concelho, as pessoas e quem nos visita".

Relativamente aos pontos abordados pelo Senhor Vereador António Oliveira, manifestou a esperança de que, face aos testes realizados em Coimbra, o sistema SIRESP funcione efetivamente quando for necessário, recordando as falhas de comunicação ocorridas durante a última intempérie, que deixaram muitas famílias sem notícias dos seus entes queridos. Relacionou esta questão com o alerta do Ministro da Administração Interna para um "verão terrível" e com o apelo para que os particulares limpem os seus terrenos. Reconheceu que, embora haja a perceção de que o Estado e as autarquias também devem limpar as suas propriedades, espera que o Município de Tábua dê o exemplo através de boas práticas de limpeza.

Felicitou o Município pelo galardão de Mérito Social, considerando importante o reconhecimento do trabalho na área social que é feito no concelho.

No que concerne ao adiantamento de 500.000 euros para os danos das intempéries, manifestou a sua preocupação pelo facto de o valor ter sido recebido sem que as candidaturas com os prejuízos estejam validadas, questionando o que aconteceria se o valor



CÂMARA MUNICIPAL

final aprovado fosse inferior ao adiantamento. Neste contexto, e a propósito das obras referidas pelo Senhor Presidente na Ribeira, em Touriz, perguntou se essa intervenção estava incluída no pedido de apoio de 2,5 milhões de euros que o Município submeteu.

A terminar, enalteceu a vasta oferta desportiva do concelho, destacando as atividades que a ADAC traz para Tábua. Neste âmbito, quis dar um destaque particular à vitória da equipa feminina do Grupo Desportivo Tabuense em Coimbra, contra a equipa de Santa Clara, por 2-1. Considerou que as atletas demonstraram o verdadeiro espírito tabuense de lutar até ao fim, o que é um motivo de grande orgulho.

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DRA. ALEXANDRA MOURA

A Senhora Vereadora Alexandra Moura iniciou a sua intervenção apresentando cumprimentos ao Senhor Presidente, aos restantes membros do executivo e a todos os que assistiam à reunião presencialmente e em direto.

Começou por expressar uma palavra de reconhecimento a todos os que participaram na organização do Feriado Municipal, pela sua dedicação e trabalho. Considerou que foi um dia marcado por um conjunto de iniciativas relevantes, das quais destacou: a apresentação e bênção dos novos autocarros elétricos, que considerou um passo positivo na modernização e sustentabilidade ambiental do concelho; a inauguração da requalificação da antiga escola do Covelo, agora transformada em habitação com financiamento do IHRU, o que na sua opinião é uma solução interessante que valoriza o património; a inauguração da casa adaptada da Carolina, em Mouronho; e os momentos musicais, mencionando a atuação do músico Diogo Mendes e o "belíssimo" concerto da noite, que reconheceu o compositor Amadeu da Fonseca Diniz, e que contou com a participação dos jovens músicos Afonso Pocinho, Anselmo Batista, Francisco Zagalo e da orquestra da Academia Artística de Tábua.

Deu conta da sua presença no Fórum RH Tábua 2026, sobre o tema "Pessoas, Dados e Futuro". Considerou-o um momento interessante para reconhecer as dificuldades e estratégias das empresas e instituições neste âmbito, e para refletir sobre os desafios que se colocam num contexto marcado pela transformação digital e pelas mudanças demográficas.



CÂMARA MUNICIPAL

Referiu ainda, de forma positiva, duas iniciativas desenvolvidas pelo Município: a limpeza dos espaços exteriores da Escola Secundária de Tábua e da EB2, que considerou há muito necessária; e a lavagem dos muros e paredes do edifício da Câmara Municipal, que contribuiu para a melhoria da imagem do espaço público.

A terminar a sua intervenção, aproveitou o momento para questionar o executivo sobre o ponto de situação dos "Condomínios de Aldeia" no concelho. Referiu que, embora os trabalhos tenham sido iniciados, até à data nem todos se encontram concluídos.

A encerrar o Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Câmara agradeceu as intervenções. Sobre a questão do SIRESP, levantada pelo Senhor Vereador Luís Jesus, acrescentou que, numa reunião com o Secretário de Estado da Proteção Civil, foi evidenciado por todos os autarcas que o sistema falha quando é mais necessário. A justificação apresentada foi a de que as torres de comunicação que suportam o sistema foram destruídas pelas intempéries, o que impossibilita o seu funcionamento. Por essa razão, o Município de Tábua, de forma pioneira na região, procedeu à aquisição de sistemas Starlink, que funcionam via satélite e garantem a comunicação mesmo em caso de falha das redes terrestres. Informou que, posteriormente equipamentos idênticos foram disponibilizados pela Região Metropolitana de Coimbra, tendo sido entregues, no dia do Feriado Municipal ao Serviço municipal de Proteção Civil e aos Corpos de Bombeiros do Concelho, sendo que a CIM Região de Coimbra irá realizar uma cerimónia oficial de entrega a todos os 19 municípios e corpos de bombeiros. Informou de seguida que foi efetuado um simulacro, realizado no dia anterior à reunião de Câmara, tendo como objetivo o de testar estes sistemas, que visam criar resiliência nas comunicações.

Relativamente ao adiantamento de 508.355 euros, confirmou que a verba entrou na conta do Município, mas censurou o modelo de gestão. Considerou a situação "caricata", pois, embora entenda a boa vontade por parte do Governo, não compreende a falta de decisão no que concerne à validação das candidaturas. Argumentou que os Municípios, sendo responsáveis, não podem utilizar um adiantamento sem saber a que obras e a que despesas poderá se o valor afetado, o que torna o adiantamento ineficaz. Sobre as obras concretas mencionadas pelo Senhor Vereador Luís Jesus, Ribeira e Vale de Gaios, confirmou que as mesmas foram identificadas e incluídas na candidatura que apresentou despesas no valor



CÂMARA MUNICIPAL

de 2.8 milhões de euros, tendo o Município já realizado intervenções de urgência por administração direta. Garantiu que, assim que houver a validação da candidatura, se avançará com uma intervenção mais efetiva, recorrendo a empreitadas através da contratação pública. Criticou a burocracia excessiva que atrasa a resolução dos problemas da população. A este propósito, relatou que, no último Conselho Intermunicipal da CIM, criticou diretamente o representante da Infraestruturas de Portugal (IP) pela inação em estradas da sua responsabilidade, pela falta de monitorização de pontes como as de Ázere e da Póvoa de Midões, e pelo modelo de gestão que propõe entregar troços de estradas nacionais aos Municípios sem qualquer envelope financeiro associado.

De seguida, cedeu a palavra ao Senhor Vice-Presidente para os esclarecimentos solicitados. O Senhor Vice-Presidente, Dr. António Oliveira, fez o ponto de situação sobre os "Condomínios de Aldeia". Informou que os dois primeiros, no Fontão e Senhor da Serra, implementados em 2023, se encontram em fase de gestão e manutenção até 2028. Dos dez condomínios candidatados posteriormente, sete estão em execução, dos quais três, Covas, Vale de Gaios e Vale de Ovelha, estão já concluídos. Os restantes em Santo Amaro, Vila do Mato, Santo Antão, Barras, Póvoa de Midões, Barrosa e Mancelos, seguirão o prazo normal de execução. Informou ainda que foi aprovada uma nova candidatura para mais três Condomínios de Aldeia na Ribeira, Vale da Taipa e Nogueira, que se encontra em fase de contratação pública. Esclareceu que o condomínio de São João da Boa Vista foi executado através da CIM Região de Coimbra e que existem outros projetos, como o RESIST, que permitiu a limpeza de dezenas de hectares junto à Praia Fluvial da Ronqueira.

Sobre as falhas do SIRESP, o Senhor Vice-Presidente explicou que este é um sistema de comunicação institucional assente na rede GSM, pelo que se as antenas forem derrubadas, terá falhas. A tecnologia Starlink, que o Município adquiriu para a proteção civil municipal e para os corpos de bombeiros, é a solução de redundância via satélite. Salientou que, para além dos equipamentos, é fundamental o treino e o conhecimento para os operar, e que o Município já possui, há três anos, um telefone de satélite para comunicação direta com a Proteção Civil e membros do Governo.

O Senhor Vereador Luís Jesus pediu novamente a palavra para clarificar que a sua preocupação com as falhas do SIRESP se prendia com a angústia das famílias, que ficavam



CÂMARA MUNICIPAL

sem informação sobre o estado das pessoas. Questionou ainda se o Município mantém parcerias para equipas de vigilância florestal, como existia no passado.

O Senhor Presidente respondeu que, embora considere importantes os projetos de cidadania ativa com jovens, o Município aposta atualmente em modelos de vigilância mais profissionalizados, como o sistema de videovigilância, que permitem a monitorização do Concelho a partir do Centro Municipal de Proteção Civil, permitindo uma deteção mais eficaz e uma área de ação muito mais vasta. Concluiu afirmando que, embora se debatam anualmente os mesmos problemas, Tabua está cada vez mais bem preparada para fazer face às catástrofes, criando sistemas de redundância em articulação com o comando distrital.

Não havendo mais nada a tratar neste período, deu-se início ao Período da Ordem do Dia.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

1. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA N.º 07/26, DE 2 DE ABRIL DE 2026

O Senhor Presidente da Câmara submeteu à apreciação e votação a ata da reunião extraordinária n.º 07/26, de 2 de abril de 2026. Questionou os membros do executivo sobre se havia alguma proposta de alteração ao documento.

Não se registando quaisquer pedidos de esclarecimento ou propostas de alteração, o assunto foi submetido a votação.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com 5 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, dos membros presentes nessa reunião, aprovar a Ata da Reunião Extraordinária n.º 07/26, de 2 de abril de 2026.

2. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 08/26, DE 9 DE ABRIL DE 2026

O Senhor Presidente da Câmara submeteu à apreciação e votação a ata da reunião ordinária n.º 08/26, de 9 de abril de 2026, cedendo de imediato a palavra à Senhora Vereadora Dra. Alexandra Moura para um pequeno reparo à ATA.



CÂMARA MUNICIPAL

No uso da palavra, a Senhora Vereadora solicitou uma pequena correção relativa à página 10, terceiro parágrafo do referido documento, onde uma intervenção que sugeria a possibilidade de instalação de um posto adicional na zona do centro escolar estava erradamente atribuída ao Senhor Vereador Luís Filipe de Jesus, quando na realidade tinha sido proferida por si.

O Senhor Presidente agradeceu o reparo e solicitou aos serviços que procedessem à devida correção, substituindo o nome do interveniente, uma vez que o teor da intervenção se encontrava correto.

Não havendo mais pedidos de esclarecimento, o assunto foi submetido a votação, com a alteração indicada.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar a Ata da Reunião Ordinária n.º 08/26, de 9 de abril de 2026, com a alteração solicitada pela Senhora Vereadora Dra. Alexandra Paula Pereira Cardoso de Moura.

3. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE HASTA PÚBLICA N.º 01/2026 – ALIENAÇÃO DOS LOTES / PARCELAS 14, 15, 16 E 17 DA ÁREA EMPRESARIAL DA CARAPINHA / TÁBUA

O Senhor Presidente introduziu o ponto, explicando que se tratava do processo administrativo para levar a hasta pública a alienação dos lotes 14, 15, 16 e 17, na Área Empresarial da Carapinha. Informou que a proposta visava aprovar a abertura do procedimento, as cláusulas do programa, o caderno de encargos, a constituição da comissão da hasta pública e autorizar a publicação dos respetivos anúncios.

No uso da palavra, o Senhor Vereador Dr. Luís Filipe de Jesus solicitou um esclarecimento sobre o valor das parcelas, questionando a razão pela qual uma delas apresentava um valor diferente e se tal se devia às características do terreno.

Em resposta, o Senhor Presidente prestou um esclarecimento detalhado, explicando que os valores são definidos por um perito avaliador de imóveis, inscrito na CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários). Esclareceu que o valor de cada lote oscila mediante dois critérios, relacionados com a dimensão, sendo que lotes com maior área têm, à partida, terão um valor superior, e as suas características específicas, como a orografia e a exposição, que influenciam o seu potencial comercial. Salientou que os valores apresentados são valores



CÂMARA MUNICIPAL

mínimos de licitação e que qualquer proposta de valor inferior será automaticamente excluída. Explicou ainda que, no dia da hasta pública, o processo decorrerá de forma aberta e transparente, e caso haja mais do que um interessado para o mesmo lote, o procedimento é efetuado através de lances, sendo o lote adjudicado à proposta de maior valor.

Não havendo mais pedidos de esclarecimento, o assunto foi submetido a votação.

Deliberação n.º 211 – Presentes a informação técnica n.º HP01/2026, da Técnica Superior, Alexandra Bento datada de 17 de abril, o Caderno de encargos, o Programa de Procedimento e respetivos Anexos referente à Hasta Pública n.º 01/2026 - Alienação dos Lotes / parcelas 14,15,16 e 17 da Área Empresarial da Carapinha, documentos que se dão por reproduzidos.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar a abertura do procedimento de hasta pública para: a) Proceder à venda/alienação, por hasta pública, dos lotes/parcelas 14 a 17 da área empresarial da Carapinha, propriedades do Município de Tábua, sitos na Venda da Serra, Freguesia da Carapinha, Concelho de Tábua; b) Aprovar as cláusulas do programa de procedimento, e anexos, e o caderno de encargos como peças administrativas integrantes do processo de hasta pública; c) Aprovar a constituição da comissão de hasta pública, com os elementos acima mencionados, assim como autorizar a comissão a praticar todos os atos necessários à concretização da adjudicação provisória, e propor a adjudicação definitiva para a consequente celebração do contrato de compra e venda; d) Concordar com os procedimentos administrativos inerentes ao processo de hasta pública, nomeadamente de publicitação (avisos/ anúncios), e respetivos pagamentos.

DAF - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA CONTABILIDADE

4. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO FINANCEIRO DE CURTO PRAZO PARA 2026, ATÉ AO MONTANTE DE 500.000.00€- ANÁLISE DE PROPOSTAS / ADJUDICAÇÃO

O Senhor Presidente introduziu o ponto, explicando que se tratava da análise de propostas e adjudicação de um empréstimo financeiro de curto prazo, até ao montante de 500.000,00 €, para reforço de tesouraria. Fez questão de clarificar que este é o primeiro e único



CÂMARA MUNICIPAL

empréstimo desta natureza contraído no corrente ano, com a obrigatoriedade de ser integralmente pago até 31 de dezembro de 2026, não contando, por isso, para o endividamento de longo prazo do Município. De seguida, cedeu a palavra à Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Dra. Sofia Félix, para um esclarecimento técnico sobre o processo.

No uso da palavra, a Dra. Sofia Félix informou que, após consulta a várias entidades, a proposta vencedora foi a da Caixa Geral de Depósitos, que apresentou um spread e um plano de serviço "muitíssimo competitivos". O Senhor Presidente complementou, informando que o spread proposto foi de 0,17% e que as outras entidades consultadas foram a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e o Banco BPI.

A Senhora Vereadora Dra. Alexandra Moura solicitou um esclarecimento, questionando se existiria uma gralha no documento de suporte, uma vez que os valores da taxa Euribor apresentados pareciam variar entre as propostas.

Em resposta, a Dra. Sofia Félix esclareceu que não se tratava de uma gralha. Explicou que foi dada aos bancos a possibilidade de escolherem o indexante Euribor (a 1, 3, 6 ou 12 meses) e que a proposta da Caixa Geral de Depósitos foi a mais competitiva por apresentar o indexante com o prazo mais curto (Euribor a 1 mês), o que, somado ao spread, resulta no custo final mais baixo para o Município. Confirmou que os valores da Euribor utilizados para a análise são os dados oficiais publicados pelo Banco de Portugal.

Após o esclarecimento, o Senhor Presidente resumiu a proposta a votação: a adjudicação do empréstimo de curto prazo à Caixa Geral de Depósitos, a contratualização do mesmo e a sua remessa para autorização da Assembleia Municipal.

Não havendo mais pedidos de esclarecimento, o assunto foi submetido a votação.

Deliberação n.º 212 – Presentes o Relatório Preliminar e o Relatório Final elaborados pela Comissão de Abertura e Análise (júri), respeitante à análise das propostas apresentadas pelas entidades - Caixa Geral de Depósitos, S.A., Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Centro, C.R.L. e Banco BPI, S.A. para a contratação de um empréstimo a curto prazo até ao montante de 500.000,00 €(quinhentos mil euros), destinado a apoio e reforço de tesouraria para 2026, nos termos do n.º 1, do artigo 50.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, acompanhados dos ofícios convite, das propostas das entidades e do mapa



CÂMARA MUNICIPAL

síntese de endividamento (apuramento da capacidade de endividamento), documentos que se dão por reproduzidos.

Prestados os devidos esclarecimentos e posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, adjudicar o referido empréstimo ao Banco Caixa Geral de Depósitos, S.A., com o indexante Euribor a 1M Média Mensal, acrescido do spread de 0,17%, e de acordo com as restantes condições constantes na proposta, bem como contraturalizar o referido empréstimo, caso o mesmo seja autorizado pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea f) n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

5. APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2025 / RELATÓRIO DE GESTÃO

O Senhor Presidente da Câmara introduziu o ponto, explicando que se destinava à apreciação e aprovação dos Documentos de Prestação de Contas do Município relativos ao ano de 2025. Fez uma breve súmula da estrutura do documento, que inclui as demonstrações financeiras (balanço, demonstração de resultados, etc.), o relatório orçamental (desempenho, execução da receita e despesa, PPI) e a Certificação Legal de Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas.

De seguida, o Senhor Presidente prestou um esclarecimento detalhado sobre os resultados, manifestando a sua satisfação pela trajetória financeira do Município. Salientou o resultado líquido positivo de 1.722.463,50 €, um valor que considerou um recorde histórico para Tábua e que reflete a estratégia de recuperação financeira. Contextualizou que o ano de 2025 abrangeu dez meses do mandato anterior e dois do atual, e que foi neste período que se conseguiu saldar a dívida de quase 1 milhão de euros às Juntas de Freguesia e de meio milhão de euros às corporações de bombeiros. Informou que a dívida total do Município se situou nos 9,6 milhões de euros, representando uma redução de cerca de meio milhão de euros face ao ano anterior, o que demonstra ser possível reduzir a dívida com rigor e gestão responsável e ao mesmo tempo manter o nível de investimento no Concelho. Um dos indicadores mais positivos, referiu, foi a drástica redução do prazo médio de pagamentos, que passou de 243 dias em 2024 para 110 dias em 2025, uma diminuição de 133 dias. Igualmente positiva foi a evolução do rácio da dívida face à média das receitas correntes,



CÂMARA MUNICIPAL

que continuou a sua trajetória descendente, passando de 1.16 em 2023 para 0.89 em 2024 e atingindo 0.78 em 2025.

Alertou, contudo, para os desafios financeiros, nomeadamente o aumento da despesa com recursos humanos, que cresceu cerca de 150.000,00 € de um ano para o outro, apesar de uma ligeira diminuição do número de trabalhadores. Explicou que este aumento se deve às atualizações salariais e de requalificação na carreira, defendendo que, sendo legítimas, deveriam ser acompanhadas por um reforço da transferência de verbas por parte do Estado, no âmbito da revisão da Lei das Finanças Locais. A título de exemplo, referiu que em 2020, com mais trabalhadores, a despesa com pessoal era 2 milhões de euros inferior à de 2025. Em jeito de conclusão, salientou que as Funções Sociais continuam a absorver a maior fatia do orçamento municipal, o que considerou uma aposta política correta para um município de baixa densidade. Reconheceu como ponto a melhorar a taxa de execução da receita, que, embora sendo a maior dos últimos anos, ainda está distante do objetivo de 85%. Terminou, disponibilizando-se para os esclarecimentos que fossem necessários.

No uso da palavra, o Senhor Vereador, Luís Jesus, embora não tendo acompanhado todo o ano de 2025 enquanto vereador, realçou que o foco do relatório em baixar a dívida é notório e efetivo. Destacou como muito positivos o resultado líquido de 1,7 milhões, a redução do prazo médio de pagamentos para metade, a diminuição dos juros pagos e o pagamento total das dívidas às Juntas de Freguesia, o que lhes confere maior eficácia na gestão. Concluiu afirmando que os cidadãos devem compreender que os números do relatório não são apenas valores, mas o reflexo de toda a atividade e obra feita em prol da melhoria do concelho.

Seguidamente, a Senhora Vereadora, Alexandra Moura, leu uma declaração de voto, começando por registar os sinais positivos, como a redução do passivo e a diminuição do prazo médio de pagamentos. Destacou igualmente a captação de 1,3 milhões de euros de fundos comunitários. Contudo, não deixou de apontar como preocupante a existência de dívida a fornecedores com mais de 365 dias (579.000 €) e com mais de 180 dias (633.000 €), situações que considerou exigirem regularização urgente. Apontou como ponto a melhorar a baixa taxa de execução da receita (68,2%), o encargo com juros (177.000 €) e o défice de cerca de 1 milhão de euros na margem de cobertura de equipamentos como o Centro Cultural e as Piscinas, o que exige uma análise rigorosa da sua sustentabilidade. Sugeriu



CÂMARA MUNICIPAL

que, em futuros relatórios, fosse incluída informação detalhada sobre as isenções de taxas concedidas, por se tratar de receita da qual o Município abdica. Concluiu anunciando o seu voto favorável, como um "voto de confiança", esperando que os alertas e sugestões sejam considerados para uma trajetória de maior rigor, transparência e sustentabilidade em 2026. Após a declaração, a Senhora Vereadora colocou um conjunto de questões técnicas para clarificação das mesmas.

Em resposta, o Senhor Presidente agradeceu a análise e o sentido de voto. Concordou com a apreciação global, reforçando que a redução dos pagamentos em atraso em 50% é um feito "grandioso", embora reconheça que o valor remanescente, cerca de 1,6 milhões de euros, terá de ser resolvido ao longo do mandato, num equilíbrio entre a consolidação financeira e a necessidade de continuar a investir. Sobre os empréstimos, informou que em 2027 terminarão dois empréstimos, incluindo o do PAEL, e que está a ser ponderado o pagamento antecipado do empréstimo do FAM, o que poderá libertar o Município de dois a três empréstimos nos próximos anos. Relativamente à questão das isenções, esclareceu que essa informação consta na página 38 do Relatório. Quanto à baixa margem de cobertura dos equipamentos culturais e desportivos, defendeu que se trata de uma função social ao nível das políticas públicas, pois o funcionamento desses equipamentos sobrepõe-se à lógica de lucro. Explicou que é "impossível" que estas infraestruturas não sejam deficitárias, a menos que se aumentassem drasticamente os preços a pagar pelos munícipes, condicionando o seu acesso a instalações desportivas e culturais, o que contrairia os objetivos destes equipamentos.

Não havendo mais pedidos de esclarecimento, o assunto foi submetido a votação.

Deliberação n.º 213 - Em cumprimento do disposto no constante da al. d), n.º 2 do Anexo III, do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou o SNC – AP, apresenta-se o presente relatório de gestão que acompanha as contas individuais do ano de 2025 do Município de Tábua, visando complementar as informações constantes das demonstrações financeiras e orçamentais, nos termos do plasmado na NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, NCP 26 — Contabilidade e Relato Orçamental e NCP 27 – Contabilidade de Gestão.

Com efeito, a NCP 1 prevê um conjunto de demonstrações financeiras:

- Um balanço;



CÂMARA MUNICIPAL

- Uma demonstração dos resultados por natureza;
- Uma demonstração das alterações no património líquido;
- Uma demonstração de fluxos de caixa;
- Anexo às demonstrações financeiras (notas compreendendo um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas).

A NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental prevê um conjunto de demonstrações orçamentais de relato:

- Uma demonstração do desempenho orçamental;
 - Uma demonstração de execução orçamental da receita;
 - Uma demonstração de execução orçamental da despesa;
 - Uma demonstração da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
- O anexo às demonstrações orçamentais.

De igual modo, é presente o draft da Certificação Legal das Contas, da empresa Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., documento que se dá integralmente por reproduzido.

Sobre os documentos de Prestação de Contas, o Senhor Presidente da Câmara fez uma exposição, salientando todos os pontos focados nos mesmos, prestando igualmente os esclarecimentos que, na especialidade, foram solicitados.

Balanço:

- Total do ativo: 53.612.505,97 €
- Total do Património Líquido: 40.963.624,49 €
- Total do Passivo: 12.648.881,48 €

Demonstração de Resultados:

- Rendimentos: 17.885.721,30 €
- Gastos: 16.163.257,80 €

Resultado Líquido: 1.722.463,50 €

Demonstração de Fluxos de Caixa:

- Recebimentos: 20.244.309,16 €
- Pagamentos: 18.260.281,94 €

Desempenho Orçamental:

- Recebimentos: 22.942.048,50 €



CÂMARA MUNICIPAL

- Pagamentos: 18.170.125,99 €

Saldos de Operações Orçamentais do Desempenho Orçamental:

- Saldo Inicial: 2.809.367,52 €
- Saldo Final: 4.771.922,51 €

Saldos de Operações de Tesouraria do Desempenho Orçamental:

- Saldo Inicial: 283.230,83 €
- Saldo Final: 304.703,06 €

Após prestados os necessários esclarecimentos, os referidos documentos foram colocados à consideração da Câmara, tendo sido aprovados por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, bem como submeter a presente deliberação à Assembleia Municipal para apreciação e votação, de acordo com a alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

RECURSOS HUMANOS

6. PROPOSTA DE REGULAMENTO ORGÂNICO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE TÁBUA

O Senhor Presidente introduziu o ponto, explicando que o mesmo se destinava a aprovar a proposta de Regulamento Orgânico dos Serviços do Município de Tábua, a reorganização dos serviços, a sua publicação, a revogação do regulamento anterior e a definição da sua entrada em vigor. Antes de ceder a palavra à Senhora Vereadora do Pelouro, fez um breve preâmbulo sobre o novo organograma, explicando que o mesmo visa modernizar a estrutura municipal. Detalhou a sua composição, que inclui os gabinetes de apoio legalmente previstos, o Serviço Municipal de Proteção Civil e os Serviços Veterinários, e a criação de novas subunidades diretamente sob a sua tutela, como o Gabinete de Desenvolvimento Económico, o Gabinete Jurídico e de Fiscalização e o Gabinete de Informática, Comunicação e Imagem. Explicou que a principal alteração reside na criação de grandes unidades orgânicas flexíveis para dar resposta às competências absorvidas com a descentralização (Desporto, Educação, Cultura e Inclusão Social/Saúde), mantendo-se as três divisões existentes (DAF, DOSUA e DOPGU). Salientou que o objetivo é tornar a Câmara mais célere



CÂMARA MUNICIPAL

e dinâmica, e que esta estrutura, embora assente numa base já aprovada, permitirá uma monitorização e futuros ajustamentos, caso se mostrem necessários.

No uso da palavra, a Senhora Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, Susana Mendes, corroborou a explicação do Senhor Presidente, reforçando que o regulamento em vigor, datado de 2014, se encontrava desatualizado face às novas competências delegadas nos municípios. Esclareceu que o documento em apreço descreve detalhadamente as atribuições e competências de cada divisão, unidade e subunidade, em conformidade com o modelo de estrutura e o limite de cargos de chefia (três dirigentes intermédios de segundo grau e quatro de terceiro grau) já previamente aprovados. Informou que, após a aprovação do regulamento, o passo seguinte será a reafecção dos funcionários às novas estruturas e a adaptação dos respetivos conteúdos funcionais.

Seguidamente, o Senhor Vereador Luís Filipe de Jesus solicitou a palavra, não para questionar, mas para dar publicamente os parabéns ao executivo pela iniciativa. Comparou a gestão autárquica à de uma empresa, cujo "lucro" não é apenas financeiro, mas também social e cultural. Considerou que a nova orgânica tem sentido, proporcionando clareza e transparência sobre a responsabilidade de cada setor. Elogiou o que considerou um "atrevimento positivo" necessário para levar a efeito uma reorganização que visa o maior sucesso dos serviços camarários.

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção e, não havendo mais pedidos de esclarecimento, o assunto foi submetido a votação.

Deliberação n.º 214 – Pelo Senhor Presidente foi presente a Proposta n.º 18/P/2026, datada de 20 de abril de 2026, respeitante à Reorganização dos Serviços do Município de Tábua em conformidade com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, acompanhada pela Proposta do Regulamento Orgânico dos Serviços do Município de Tábua, documentos que se dão por reproduzidos.

Prestados os devidos esclarecimentos, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções:

- a) Aprovar o Regulamento Orgânico dos Serviços do Município de Tábua, conforme documento em anexo, que dele faz parte integrante, nos termos do artigo 7.º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação;



CÂMARA MUNICIPAL

- b) Aprovar a reorganização dos serviços municipais, nos termos da proposta apresentada, incluindo a estrutura orgânica, unidades e subunidades;
- c) Determinar a publicitação do Regulamento, após aprovação, nos termos do n.º 6, do artigo 10.º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação;
- d) Revogar todas as disposições regulamentares anteriores que contrariem o presente Regulamento;
- e) Estabelecer que o Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação legal.

DOPGU - DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E GESTÃO URBANÍSTICA

7. PROJETOS DE EXECUÇÃO

O Senhor Presidente introduziu o ponto, passando a palavra à Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, Eng.^a Luísa Marques, a quem agradeceu pelo empenho, bem como a todos os técnicos que colaboram em todos estes processos. Antes da apresentação, e sobre o projeto em causa, a construção de um edifício destinado a habitação multifamiliar, lamentou o facto de o mesmo ter estado um ano e meio em análise por parte do IHRU, o que, na sua opinião, inevitavelmente fará com que o valor de adjudicação da obra seja superior ao que seria há um ano e meio atrás.

No uso da palavra, a Eng.^a Luísa Marques apresentou o projeto de execução da obra de construção do edifício destinado a habitação multifamiliar, a situar na Barroca de Cima. Explicou que a sua implantação tornou necessária a criação do novo arruamento que liga à rotunda do Centro de Saúde. Informou que o projeto, alvo de uma candidatura ao IHRU para arrendamento acessível, contempla a construção de um edifício com três pisos e 12 habitações (dois T2 e dois T3 por piso), com uma área de implantação de 475 m² e uma área de construção de 1.364,40 m². Deu nota de que, após a elaboração dos projetos de arquitetura e especialidades, e após diversas discussões com o IHRU, sobretudo relativas aos arranjos exteriores, o projeto de execução é agora trazido a aprovação, com uma estimativa orçamental de 1.719.456,87€ acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.



CÂMARA MUNICIPAL

O Senhor Presidente agradeceu a apresentação e estendeu os agradecimentos a toda a equipa envolvida, reconhecendo a morosidade do processo. Mencionou que, em paralelo, está a ser desenvolvido outro projeto de construção de habitação, a localizar na rotunda dos Combatentes, e defendeu que o crescimento do parque habitacional deve ser feito quer pela via pública, quer, sobretudo, pela via privada.

Seguidamente, o Senhor Vereador Luís Filipe de Jesus solicitou um esclarecimento, questionando se, face ao atraso na aprovação, ainda existiria tempo útil para executar a obra dentro dos prazos do PRR.

Em resposta, o Senhor Presidente foi perentório ao afirmar que não. Considerou uma oportunidade perdida, não por responsabilidade do Município, mas pelo atraso na validação por parte do IHRU. Contudo, explicou que a estratégia da Câmara é prosseguir com a aprovação do projeto, lançar o concurso e testar a reação do mercado, na convicção de que a política nacional de habitação não se esgotará no PRR e que surgirão outros modelos de financiamento. Salientou que o objetivo é ter os projetos com maturidade e prontos para serem submetidos a novas oportunidades, de modo a aumentar o parque público de habitação, que em Portugal é muito reduzido, e a atrair mais população para o Concelho, em articulação com o investimento em zonas industriais.

O Senhor Vereador Luís Filipe de Jesus lamentou que um projeto tão necessário para Tábua fique "parado no tempo" por atrasos burocráticos, o que compromete os prazos e leva a reajustes. Expressou, no entanto, a esperança de que surja um novo modelo de financiamento que permita ao Município finalizar o projeto.

Após a troca de ideias, o assunto foi submetido a votação.

Deliberação n.º 215 – Presente o projeto de execução da obra “Construção de um Edifício destinado a Habitação Multifamiliar”, sita no lugar de Barroca de Cima – Tábua, freguesia e concelho de Tábua, e a informação n.º 016/2026, datada de 17 de abril de 2026, da Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, Luísa Marques, documentos que se dão por reproduzidos.

Face ao teor da referida informação e prestados os devidos esclarecimentos, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar o projeto de execução da obra “Construção de um Edifício destinado a Habitação Multifamiliar” conforme disposto na informação técnica em questão.



CÂMARA MUNICIPAL

DOSUA - DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE

8. AUTOS DE MEDIÇÃO

O Senhor Presidente introduziu o ponto, passando a palavra à Eng.^a Mónica Mesquita, em substituição do Chefe de Divisão, para a apresentação sequencial de quatro autos de medição.

No uso da palavra, a Eng.^a Mónica Mesquita apresentou o auto de trabalhos número quatro da empresa Betovial – Engenharia e Construções, Lda., referente à empreitada “Mobilidade Rodoviária – Pavimentações diversas”, no valor de 32.255,84€ acrescido de IVA. O Senhor Presidente esclareceu que este auto se referia aos trabalhos de alcatroamento e pintura em curso no concelho. Não havendo pedidos de esclarecimento, o assunto foi submetido a votação.

Deliberação n.º 216 – Presente o Auto de Trabalhos n.º 4 da Empresa BETOVIAL – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, LDA., referente à Empreitada “Mobilidade Rodoviária – Pavimentações diversas”, processo n.º CP-46-E/2025, no valor de 32.255,84€(trinta e dois mil, duzentos e cinquenta e cinco euros e oitenta e quatro centimos), ao qual acresce I.V.A. à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra, documento que se dá por reproduzido.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar o referido auto.

De seguida, foi apresentado o auto de trabalhos número seis da empresa Joaquim Fernandes Marques & Filhos, S.A., referente à empreitada de “Requalificação (Alteração e Ampliação) da Escola Secundária de Tábua”, no valor de 76.500,16€ acrescido de IVA. No uso da palavra, a Senhora Vereadora Alexandra Moura, embora reconhecendo que a sua questão extravasava o âmbito do ponto, solicitou um esclarecimento sobre se o empreiteiro havia dado garantias de conseguir concluir a obra dentro dos prazos do PRR, manifestando preocupação com o aparente atraso nos trabalhos do Bloco B.

Em resposta, o Senhor Presidente foi perentório ao afirmar que, na sua opinião, nem este nem a maioria dos empreiteiros a nível nacional conseguirão concluir as obras em escolas e centros de saúde a tempo, criticando o "silêncio ensurdecedor" e a falta de clareza por parte do Governo sobre esta matéria. Relembrou que a responsabilidade pela manutenção das



CÂMARA MUNICIPAL

escolas foi transferida para os municípios com um envelope financeiro manifestamente insuficiente, exemplificando com o caso da Escola de Midões, onde a primeira tranche anual de 20.000€ foi quase totalmente gasta apenas na reparação de estores que não abriam à 10 anos. Face a esta situação, e sendo o Município o atual titular dos edifícios, o Senhor Presidente deixou um aviso, afirmando que, se o Governo não encontrar soluções para financiar a conclusão das obras, poderá ter de tomar "decisões drásticas", como exigir o pagamento de um arrendamento por parte do Estado para que as escolas possam funcionar. Criticou ainda a morosidade e as novas exigências técnicas, como o reforço sísmico, que não estavam previstas e que atrasaram significativamente a obra, e apelou a que todas as partes se sentem à mesa para encontrar uma solução.

O Senhor Vereador Luís Filipe de Jesus interveio para manifestar a sua solidariedade com as preocupações do Senhor Presidente, explicando que a questão levantada reflete a angústia de quem está de fora e observa os atrasos sem conhecer os detalhes do processo. Afirmou o seu apoio ao executivo nas diligências que este entenda fazer para pressionar a tutela.

O Senhor Presidente agradeceu a solidariedade, pediu desculpa pelo desvio ao tema, mas considerou o esclarecimento importante. Informou que teria uma reunião com o empreiteiro no dia seguinte para definir planos de condicionalidade e que os autos de medição em análise não refletem o estado atual da obra, que está mais avançada. Reiterou a confiança na empresa e a necessidade de se encontrar uma solução conjunta para um problema que é nacional.

Não havendo mais pedidos de esclarecimento, o assunto foi submetido a votação.

Deliberação n.º 217 – Presente o Auto de Trabalhos n.º 6 da Empresa Joaquim Fernandes Marques & Filhos, S.A., referente à Empreitada “Requalificação (Alteração e Ampliação) da Escola Secundária de Tábua” processo n.º CP-34-E/2024, no valor de 76.500,16€ (setenta e seis mil e quinhentos euros e dezasseis cêntimos), ao qual acresce I.V.A. à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra, documento que se dá por reproduzido.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar o referido auto.

Foi apresentado o auto de trabalhos número dez da empresa Mendes, Lda., referente à empreitada “Alteração de antiga Escola de Covelo – 2 fogos”, no valor de 12.361,73€



CÂMARA MUNICIPAL

acrescido de IVA. O Senhor Presidente referiu, com satisfação, que esta era uma obra já terminada. Não havendo questões, o assunto foi submetido a votação.

Deliberação n.º 218 – Presente o Auto de Trabalhos n.º 10 da Empresa Mendes, Lda., referente à Empreitada “Alteração de antiga Escola de Covelo – 2 fogos” processo n.º CP-88-E/2024, no valor de 12.361,73€(doze mil, trezentos e sessenta e um euros e setenta e três cêntimos), ao qual acresce I.V.A. à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra, documento que se dá por reproduzido.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar o referido auto.

Por último, foi apresentado o auto de trabalhos número nove da empresa Construtora Santovaiense, referente à empreitada "Alteração de antiga Escola – 3 fogos – Vila Nova de Oliveirinha", no valor de 15.586,13€ acrescido de IVA. O Senhor Presidente informou que esta obra, também no âmbito do parque público de habitação, terminaria dentro do prazo do PRR. Não havendo questões, o assunto foi submetido a votação.

Deliberação n.º 219 – Presente o Auto de Trabalhos n.º 9 da Empresa Construtora Santovaiense - Construção Civil e Obras Publicas, Lda., referente à Empreitada “Alteração de antiga Escola – 3 fogos – Vila Nova de Oliveirinha”, processo n.º CP-90-E/2024, no valor de 15.586,13€(quinze mil, quinhentos e oitenta e seis euros e treze cêntimos), ao qual acresce I.V.A. à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra, documento que se dá por reproduzido.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar o referido auto.

DEDS - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DESPORTO E JUVENTUDE

9. ELEIÇÃO DO PROVIDOR DE JUVENTUDE DE TÁBUA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 20.º, N.º 4, DO REGULAMENTO DO PROVIDOR DE JUVENTUDE DE TÁBUA / RATIFICAÇÃO

O Senhor Presidente apresentou o ponto, passando a palavra ao Senhor Vereador do Pelouro, David Pinto, e esclarecendo que o mesmo se destinava a ratificar a eleição do



CÂMARA MUNICIPAL

Provedor de Juventude, que, nos termos do regulamento, é efetuada pelo Conselho Municipal de Juventude.

No uso da palavra, o Senhor Vereador David Pinto explicou que a figura do Provedor de Juventude, existente em Tábua desde 2022, é uma boa prática nas políticas municipais de juventude, sendo rara a nível nacional. Descreveu o Provedor como uma figura importante que faz a ligação entre os jovens e os órgãos do município, com a função de apresentar, com isenção e independência, as suas preocupações e sugestões. Informou que, em conformidade com o regulamento, a Câmara Municipal propôs um candidato ao Conselho Municipal de Juventude, que o elegeu por unanimidade, em escrutínio secreto, na sua reunião de 20 de março de 2026. O ato é agora trazido a Reunião de Câmara para ratificação, seguindo depois para conhecimento da Assembleia Municipal e posterior tomada de posse perante o Conselho Municipal de Juventude. Deu conhecimento de que o jovem eleito foi André Andrade, de 27 anos, licenciado em Ciências do Desporto e mestre em Ensino de Educação Física, com um percurso ligado ao desporto, à educação e ao associativismo no concelho, sendo uma pessoa conhecida e reconhecida por todos.

O Senhor Vereador Luís Filipe de Jesus pediu a palavra para enaltecer a escolha, na qual se revê. Salientou a importância da isenção da figura, que não deve ter ligações partidárias, e expressou o desejo de que o novo Provedor contribua para uma maior aproximação dos jovens ao espírito de cidadania ativa.

Não havendo mais pedidos de esclarecimento, o assunto foi submetido a votação.

Deliberação n.º 220 - Presente a informação n.º 01/2026, de 14 de abril de 2026, da Técnica Superior Cristina Tavares, documento que se dá por reproduzido, dando conhecimento, que o Senhor André Andrade, foi eleito Provedor de Juventude de Tábua, no dia 20 de março de 2026, candidato proposto pela Câmara Municipal de Tábua ao Conselho Municipal de Juventude.

Colocado o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, ratificar, nos termos do disposto no artigo 20.º, n.º 4, do Regulamento do Provedor de Juventude de Tábua, o ato de eleição praticado, e remeter à Assembleia Municipal para conhecimento, para efeitos do disposto no n.º 4, do citado artigo.



CÂMARA MUNICIPAL

10. PEDIDO DA PISTA DE ATLETISMO MÁRIO PINTO CLARO PELA ASSOCIAÇÃO DISTRITAL ATLETISMO COIMBRA PARA A REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO DISTRITAL DE 10000 METROS / ISENÇÃO DE TAXAS / RATIFICAÇÃO

O Senhor Presidente introduziu o ponto, explicando que se destinava a ratificar a isenção de taxas para a realização de um evento desportivo pela Associação Distrital de Atletismo de Coimbra, na Pista de Atletismo Mário Pinto Claro, evento esse já mencionado na intervenção do Senhor Vereador do pelouro.

Não havendo pedidos de esclarecimento ou intervenções, o assunto foi submetido a votação.

Deliberação n.º 221 - Presente a informação técnica n.º 15/2026, do Técnico Superior, Rui Vaz, datada de 16 de abril de 2026, no âmbito do pedido apresentado pela Associação Desportiva de Atletismo de Coimbra, para a realização do Campeonato Distrital de 10.000 metros no dia 19 de abril de 2026, solicitando para os devido efeitos a utilização da Pista de Atletismo Mário Pinto Claro, no Estádio Municipal de Tábua, documento que se dá por reproduzido.

Colocado o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, ratificar os atos administrativos praticados pelo Senhor Presidente da Câmara no que diz respeito à isenção das taxas devidas, nos termos do estipulado no n.º 2, do artigo 32.º do Regulamento do Estádio Municipal de Tábua, conjugado com a al. a), n.º 2 do art.º 10.º, Cap.III do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas, no âmbito do apoio à prática desportiva nos termos do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

11. PEDIDO DE UTILIZAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE TÁBUA / ISENÇÃO DE TAXAS

O Senhor Presidente introduziu o ponto, explicando que se tratava de um pedido da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tábua para a utilização do Estádio Municipal nos dias 12 e 13 de junho, com isenção de taxas. Salientou que, embora o regulamento preveja o pagamento de uma taxa, a proposta de isenção visava apoiar e promover o movimento associativo, em particular uma instituição com a importância dos bombeiros.



CÂMARA MUNICIPAL

Antes de submeter o assunto a votação, o Senhor Presidente informou que o Senhor Vice-Presidente, António Manuel Fonseca Oliveira, se encontrava legalmente impedido de participar na deliberação, por também desempenhar o cargo de Vice-Presidente na associação requerente. Assim, a votação seria realizada com a participação dos restantes seis membros do executivo.

Não havendo pedidos de esclarecimento, o assunto foi submetido a votação.

Deliberação n.º 222 - Presente a informação técnica n.º 16/2026, do Técnico Superior, Rui Vaz, datada de 16 de abril de 2026, relativa à solicitação de cedência do Estádio Municipal de Tábua pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tábua, a levar a efeito nos dias 12 e 13 de junho de 2026, para a realização de um evento de fitness, documento que se dá por reproduzido.

Considerando haver viabilidade na cedência das referidas instalações para os fins e dias pretendidos, a Câmara deliberou por unanimidade, com 6 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar a cedência das instalações bem como a isenção de pagamento de taxas à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tábua, nos termos do estipulado no n.º 2, do artigo 32.º do Regulamento do Estádio Municipal de Tábua, conjugado com a al. a), n.º 2 do art.º 10.º, Cap.III do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas. O Senhor Vice-Presidente não participou da votação por impedimento legal.

12. PEDIDO DE UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO MULTIUSOS – MUNICÍPIO DE ALVAIÁZERE – COMEMORAÇÕES DO MÊS DA IDADE MAIOR / ISENÇÃO DE TAXAS

O Senhor Presidente introduziu o último ponto da Ordem do Dia, explicando que se tratava de um pedido do Município de Alvaiázere para a cedência e isenção de taxas do Pavilhão Multiusos. Informou que o pedido se destinava à realização de um almoço-convívio no dia 26 de maio, inserido nas comemorações do "Mês da Idade Maior" daquele concelho. O Senhor Presidente salientou a importância de apoiar iniciativas destinadas à população sénior, por quem expressou "muito respeito e carinho", e notou, como gesto de solidariedade intermunicipal, que Alvaiázere foi também um dos municípios afetados pelas recentes intempéries.

Não havendo pedidos de esclarecimento, o assunto foi submetido a votação.



CÂMARA MUNICIPAL

Deliberação n.º 223 - Presente a informação técnica n.º 17/2026, do Técnico Superior, Rui Vaz, datada de 20 de abril de 2026, no âmbito do pedido apresentado pelo Município de Alvaiázere, solicitando a cedência das instalações do Pavilhão Multiusos de Tábua, no dia 26 de maio para a realização de um almoço convívio inserido nas comemorações do “Mês da Idade Maior”, documento que se dá por reproduzido.

Considerando o pedido em questão, a Câmara deliberou por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, autorizar a realização da supracitada iniciativa, bem como, isentar a mesma de taxas nos termos do estipulado no artigo 37.º, n.º 1, alínea d), do Regulamento do Pavilhão Multiusos de Tábua, conjugado com a al. a), n.º 2 do art.º 10.º, Cap. III do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas, na sua atual redação.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, declarou encerrada a reunião às dezassete horas e quarenta minutos, tendo sido aprovada a minuta da ata por unanimidade.

E eu, Sofia Isabel Macedo Andrade, Técnica Superior, servindo de Secretária, a redigi e também assino.

O Presidente da Câmara,

[Assinatura Qualificada] Assinado de forma digital por
[Assinatura Qualificada] Ricardo
Ricardo Manuel Oliveira Manuel Oliveira da Silva Cruz
da Silva Cruz Dados: 2026.10.13 15:13:28
+01'00'

A Secretária,

Assinado por: **Sofia Isabel Macedo Andrade**
Num. de Identificação: 11363913
Data: 2026.10.13 14:39:22+01'00'